



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011471-76.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Usucapião da L 6.969/1981**
 Impugnante: **ROBERTA KELLEN RODRIGUES e outro**
 Impugnado: **ADAUTO DE SOUZA AMARO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

ROBERTA KELLEN RODRIGUES BRAVO e IVANI APARECIDA BRAVO AMARO PATRÍCIO, apresentaram a presente **IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA** em face da r. decisão de fls. 69, nos autos da AÇÃO DE USUCAPIÃO, (nº 4001915-16.2013.8.26.0566), que concedeu os benefícios da AJG aos impugnados **JOSEFA DA CONCEIÇÃO DIAS AMARO, ADÃO DE SOUZA AMARO e ADAUTO DE SOUZA AMARO**.

Alegam, em síntese, que os impugnados possuem renda, não fazendo jus ao benefício da AJG

Juntaram documentos às fls. 05/06.

Manifestação pelos impugnados às fls. 09/13.

É o relatório

Fundamento e DECIDO.

Os elementos contidos nos autos possibilitam a formação do juízo de convencimento, não sendo o caso de produzir novas provas.

A Lei nº 1.060/50, em seu art. 4º, instituiu o benefício da assistência judiciária gratuita, mediante simples afirmação do autor no sentido de não possuir recursos para arcar com as despesas processuais. Dessa forma, é dever do magistrado, munido do poder geral de cautela, conceder ou não a gratuidade da justiça.

Caso não se convença plenamente da medida, deve intimar o postulante para que demonstre, através de documentos, a real necessidade da assistência judiciária. No caso em tela, a R. decisão entendeu devida a concessão do benefício. Assim, cabe a parte contrária impugnar o pedido, provando, no entanto, a inadequação do benefício.

Vale ressaltar que é um ônus do impugnante desconstituir a presunção *juris tantum* da necessidade do benefício concedido. Ao trazer aos autos somente documentos comprobatórios da propriedade de um imóvel, o impugnante não conseguiu desincumbir-se do referido ônus, motivo pelo qual o pleito de impugnação é **improcedente**.

Neste sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Impossibilidade de pagar as custas do processo e honorários de advogado. Presunção de veracidade da afirmação feita pela parte. Inexistência de elementos que desautorizem a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

concessão. Recurso provido.¹

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, resolvendo a questão no mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo a presente impugnação à concessão dos benefícios da AJG.

Ante a sucumbência condeno os impugnantes ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios, esses fixados por equidade no montante total de R\$ 1.000,00, que deverá ser dividido entre os impugnados que se manifestaram neste apenso.

Oportunamente, ao arquivo.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ TJSP. 36ª Câm. de Dir. Priv. Ap. nº 2074200-22.2015.8.26.0000 , rel. Pedro Baccarat. j. 14/05/2015